

AS CONTRIBUIÇÕES DAS BRINCADEIRAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

THE CONTRIBUTIONS OF PLAY TO THE DEVELOPMENT OF PSYCHOMOTRICITY IN CHILD EDUCATION

AQUINO, Emily Duarte¹; ALMEIDA, Thessillis dos Anjos²; SOUSA, Wagner Inácio de³;
SOUZA, Luciane Silva de⁴.

RESUMO:

O presente trabalho possui como temática as contribuições das brincadeiras para o desenvolvimento da psicomotricidade na educação infantil. Deste modo, o objetivo foi compreender como as brincadeiras podem ser essenciais no desenvolvimento da psicomotricidade para as crianças das turmas da educação infantil. Ao realizar a pesquisa, notou-se que, antigamente, as crianças não possuíam direitos garantidos, o que envolve as brincadeiras. No entanto, com o passar dos anos, as crianças começaram a ser vistas com outros olhos e diversas leis passaram a assegurar o direito delas, envolvendo brincadeiras que se atrelam à psicomotricidade e promovem o desenvolvimento de diversas habilidades psicomotoras. Prova disso são as inúmeras leis utilizadas para a escrita desta pesquisa, tais como: a Constituição Federal (1988), a Base Nacional Comum Curricular (2018), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Deste modo, a pesquisa foi dividida em quatro partes: a primeira voltada para a história da educação infantil; a segunda, para a motricidade; a terceira discorre acerca das brincadeiras; e, por fim, a quarta aborda os resultados da pesquisa realizada. Deste modo, a pesquisa destina-se aos professores e pesquisadores da educação infantil, a fim de promover melhoras no processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Psicomotricidade. Educação Infantil. Brincadeiras.

ABSTRACT:

The present work has as its theme the contributions of games to the development of psychomotricity in early childhood education. In this way, the objective was to understand how games can be essential in the development of psychomotricity for children in early childhood education classes. When carrying out the research, it was noted that, in the past, children did not have guaranteed rights, which involves playing. However, over the years, children began to be seen with different eyes and several laws began to ensure their right, involving games that are linked to psychomotricity and promote the development of various psychomotor skills. Proof of this are the numerous laws used to write this research, such as: the Federal Constitution (1988), the National Curricular Common Base (2018), the Statute of Children and Adolescents (1990). Thus, the research was divided into four parts: the first focused on the history of early childhood education; the second, for motricity; the third talks about the games; and, finally, the fourth addresses the results of the research carried out. Thus, the research is intended for teachers and researchers of early childhood education, in order to promote improvements in the teaching-learning process.

Keywords: Psychomotricity. Childhood Education. Games.

1. INTRODUÇÃO

¹ Emily Duarte Aquino. Curso de Pedagogia. E-mail: eaquin2@gmail.com.

² Thessillis dos Anjos Almeida. Curso de Pedagogia. E-mail: thesillisthess@gmail.com

³ Wagner Inácio de Sousa. Curso de Pedagogia. E-mail: winacinho@gmail.com

⁴ Luciane Silva de Souza. Professora orientadora. Doutora em Educação. Mestra em Letras e Linguística. Graduada em Pedagogia, pela Alfa/SP. Graduada em Letras, pela UFG. Graduada em Direito pela Fasam. Professora universitária desde 2003. E-mail: profalucianealunos@gmail.com.

Este trabalho tem por tema a educação infantil, mais especificamente, a atuação das brincadeiras no processo de aprendizagem das crianças. Haja vista que brincar permeia o cotidiano de muitas delas e que é previsto por lei, o problema de pesquisa foi construído embasado na pergunta: quais as contribuições das brincadeiras para o desenvolvimento da psicomotricidade na educação infantil?

Essa foi uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo e de tipologia básica, acrescida por uma pesquisa de campo, cujo objetivo geral foi enfatizar as contribuições das brincadeiras no desenvolvimento da motricidade das crianças. Já os objetivos específicos foram: discorrer sobre os direitos das crianças, apresentar documentos que regulamentam a educação infantil e enfatizar como o desenvolvimento motor influencia na aprendizagem infantil.

De modo geral, o texto aborda leis que especificam inúmeros direitos das crianças; a ciência que estuda o desenvolvimento motor atrelado ao psicológico e à motricidade; e brincadeiras na pesquisa de campo. O texto foi dividido em quatro tópicos: no primeiro, tratou-se da educação infantil; no segundo, da motricidade; no terceiro, das brincadeiras; e, por fim, no quarto e último, dos resultados da pesquisa realizada.

Essa pesquisa destinou-se a educadores que atuam na educação básica, estagiários da área pedagógica, pais que se interessem pelo assunto e para aqueles que têm curiosidade acerca destes aspectos. É justificada pelo teor de relevância: Brincar é aprender, logo é imprescindível para a criança. Não se trata apenas da ação em si, mas do conhecimento para o adulto.

Pretendeu-se, portanto, com este trabalho mostrar a importância das brincadeiras para o desenvolvimento da psicomotricidade das crianças na educação infantil. Para tanto, utilizou-se o seguinte referencial teórico: os documentos, Base Nacional Comum Curricular (2018), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Constituição Federal (1988) e Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); além dos autores: Bezerra, Coutinho da Silva, Bezerra & Feres (2014), Zilma Oliveira (2008), Débora Santos (2020), José Machado (2010), Marlene Silva (2010), Cacilda Velasco (1996) e Philippe Aries (1981).

2. EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1. A perspectiva da criança no século X

No passado, a infância não foi compreendida. A criança era considerada um “adulto em miniatura” (BEZERRA, COUTINHO DA SILVA, BEZERRA, 2014, p. 126). Um espécime inferior, apenas um papel em branco a ser preenchido, com o passar do tempo, pelos adultos.

Esta inferioridade é comprovada pela nomenclatura atribuída: “etimologicamente, o termo ‘infância’, em latim *in-fans*, significa sem linguagem” (IDEM). Portanto, conota “não ter pensamento, não ter conhecimento e não ter racionalidade” (IBIDEM). Corroborando a isto, Ariès (1981, p. 36) aborda que “aquilo que nasce é chamado de *enfant* (criança), que quer dizer não falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem formar perfeitamente suas palavras”.

Os estudos de Aries constataram que as pinturas do século X retratavam as crianças como adultos de baixa estatura. Referências bíblicas eram utilizadas com crianças, porém, não eram desenhadas. Elas apareciam com corpos já formados e delineados, mostrando a desvalorização da criança no imaginário popular da época. “Isso, sem dúvida, significa que os homens dos séculos X-XI não se detinham diante da imagem da infância que esta não tinha para eles interesse nem mesmo realidade” (ARIÈS, 1981, p. 52).

Considerando que a arte absorve os costumes, tradições e valores da época, pode-se afirmar que as crianças não eram vistas socialmente. Desse modo, “isso faz pensar também que, no domínio da vida real, e não mais apenas no de uma transposição estética; a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida” (IBIDEM). Ou seja, era algo passageiro e sem valor algum.

2.2. Os direitos das Crianças

Atualmente, a criança é vista como um sujeito de direitos, entretanto, para chegar a este ponto, foram necessárias muitas décadas de pesquisa que promoveram a mudança da mentalidade e imaginário sociais. Isto abre espaço para reconhecimento da “infância como um momento do desenvolvimento humano, abrindo campo para vários estudos e orientações no cuidado e educação desse grupo etário - o universo infantil” (BEZERRA, COUTINHO DA SILVA, BEZERRA, 2014, p. 127). Para tanto, a Declaração Internacional dos Direitos da Criança, em 1959, e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em 1990, foram imprescindíveis para legalização dos direitos infantis. Mais tarde, outros documentos e entidades surgiram para reafirmar os anteriores, como a Constituição Federal, de 1988, e a Organização das Nações Unidas - ONU, criada em 1945.

Estes previam ações fundamentais que devem ser garantidas a qualquer participante da sociedade, tal qual versa o ECA (BRASIL, 1990):

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1990).

Destes direitos, surgiram outras vertentes, firmando, desse modo, outras leis importantes para manutenção do bem-estar das crianças.

Na área educacional, também há marcos legais na sistematização dos direitos da criança como também sua definição, a saber, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, a partir de 1996; as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil - DCNEI, em 2009, além do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI; e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

No que concerne à educação, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) estabelece que:

O dever do Estado com a Educação, será efetivamente mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II – progressiva universalização do ensino médio gratuito” [...] III – Educação Infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade; [...] (BRASIL, 1988).

Em outras palavras, a educação básica é obrigatória e deve ser assegurada pelo Estado.

De modo geral, todos os documentos mencionados anteriormente estabelecem que a criança e o adolescente têm direito à educação, “visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Sumariamente, a educação possui função cultural e social na formação dos sujeitos.

2.3. A base da Educação Infantil

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, tem o objetivo de desenvolver integralmente as crianças até 6 anos de idade em diversos aspectos, desde psicológico, físico, mental, social, entre outros. Ela é discernida como espaço de socialização, partindo de intencionalidades educacionais em que a integração e socialização potencializem o desenvolvimento e a formação delas (BRASIL, 1996).

Por isso, esses ambientes devem oferecer às crianças oportunidades de contato com a cultura, valores sociais, padrões éticos e estéticos, constituintes do desenvolvimento humano, a fim de que as crianças ampliem seus conhecimentos. Elas devem ser entendidas como seres

únicos, assim, as propostas pedagógicas devem ser de fato significativas para cada indivíduo que faz parte desse processo. Oliveira (2008, p 44) propõe que creches e pré-escolas busquem aproximar cultura, linguagem, cognição e afetividade como elementos constituintes do desenvolvimento humano.

É na infância a fase de se desenvolver, de interagir com o outro, se comunicar com o grupo em que está inserido, desenvolver aspectos físicos, motores, cognitivos e sociais. Partindo deste pressuposto, fica em evidência a contribuição que a iniciação à educação infantil tem. Todo este processo deve acontecer de maneira gradual e orgânica, enxergando cada indivíduo como um ser único e importante.

2.3.1. Base Nacional Comum Curricular da Educação

A BNCC propõe o que a criança deve aprender dentro de cada fase escolar. Na educação infantil, considera-se, primeiro, que os professores devem educar e cuidar, haja vista que essa criança sai do âmbito familiar para um lugar desconhecido. Então, ela deve ter alguma similaridade com o único ambiente em que costuma pertencer, que é um ambiente dos pais. Por isso, as ações objetivam associar-se com os cuidados dos responsáveis, “diversificando e consolidando novas aprendizagens”. (BRASIL, 2018, p. 36).

O primeiro dia de aula da criança para a escola marca o princípio “da socialização estruturada, da autonomia e da comunicação” (IDEM). Com o objetivo de obter isso, a criança possui o direito à convivência com diferentes pessoas e pluralidades; a brincar de diferentes formas, lugares e com pessoas; à participação ativa em toda e qualquer atividade proposta; à exploração do corpo, do lugar, diferentes meios e lugares; à participação ativa: a explorar o meio ambiente, a escola, os amigos, a si mesmo; à expressão de suas opiniões, sentimentos, vontades e a conhecer a si mesmo, o mundo e os outros (IDEM, p. 38).

Algo que não pode faltar dentro da educação dessa criança é a interação e a brincadeira. Esses são direitos essenciais que vão promover aprendizagem e são nomeados pela BNCC como eixos estruturantes. Todos os direitos citados acima são embasados nestes eixos (IBIDEM, p. 37).

Há também os campos de experiência, que são saberes e conhecimentos apreendidos durante esse ciclo, nos quais, a criança deve aprender a construir significados diversos. No total, são cinco campos que, sumariamente, são mencionados como noções de: relacionamento inter e intrapessoal, movimentação do próprio corpo, formas de expressão, linguagem e espaço-tempo. Tudo isso deve ser aprendido de acordo com as faixas etárias de cada criança na

educação infantil, acarretando a aprendizagem integral necessária para galgar a próxima fase (IBIDEM, p. 40).

Resumindo, a BNCC busca formar um:

ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade (BRASIL, 2018, p. 38).

O alvo deste documento citado, portanto, é a ideia de instruir, direcionar, regulamentar as aprendizagens que são consideradas essenciais e levar para as escolas a importância de promover uma educação que busque a prática da autonomia dos alunos sobre suas ações e pensamentos, concepção de valores, gestos e movimentos, cuidado pessoal e também com o próximo, tão logo, promover o incentivo de buscar a autonomia das crianças por meio de um trabalho bem planejado e estruturado partindo de intencionalidades bem definidas.

3. MOTRICIDADE

3.1. Os movimentos no cotidiano infantil

O movimento é o que anima todas as coisas. Historicamente, o homem caminhava errante pela Terra até encontrar recursos suficientes e partia quando estes acabavam a fim de sobreviver. O próprio corpo humano movimenta-se constantemente com o mesmo fim de sobrevivência: os olhos piscam, o oxigênio circula, o sangue corre pelo corpo. A Terra está em constante rotação, as águas descem até desembocar nos rios e, depois, nos mares. Enfim, tudo é movimento.

Se para o adulto o movimento é assim tão necessário, para a criança não poderia ser diferente; é ainda mais importante incentivá-la por ser o início do aprendizado. O movimento na vida infantil é desenvolvido pela brincadeira, a qual é tão prezada por inúmeras leis nacionais. Por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959, resguarda o direito ao ato de brincar (SANTOS, 2020); e, na educação, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC aborda o movimento como um dos dois “eixos estruturantes das práticas pedagógicas”, sendo o outro, a interação (BRASIL, 2018, p. 37).

Já que interagir e brincar são tão imprescindíveis na infância, é responsabilidade da escola e da família agirem de forma permanente e igualitária para propiciarem isto à criança, é o primeiro passo dela, seja na creche ou na pré-escola, em direção à nova rotina e conhecimento de mundo. Por isso, reafirma-se que a participação dos pais é de extrema relevância para o desenvolvimento da criança, pois:

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções (BRASIL, 2018, p. 37).

Durante a educação básica, a interação e o brincar são experiências construtivas e adquiridas a serem adicionadas ao próprio mundo infantil, reverberadas na adolescência e, por fim, na vida adulta. Pensando nisso, as brincadeiras das crianças refletem diretamente suas experiências vividas cotidianamente.

3.2. Conceito de Motricidade

A ciência que se debruça sobre esses movimentos infantis em forma de brincadeira é chamada de motricidade. Se procurada no dicionário etimológico, diversos serão os significados: força motriz, impulsão, células que comandam atividades musculares etc., entretanto, no fim, todas têm em comum o significado relacional ao movimento. Segundo Machado (2010, p. 22), essa palavra é de origem latina (*moto*) e quer dizer “mover-se”.

Motricidade é “a ciência que estuda o homem através do seu corpo em movimento e em relação ao seu mundo interno e externo. Estuda as possibilidades de o homem perceber, atuar e agir com outro, com os objetivos e consigo mesmo” (IBIDEM).

3.3. Elementos da motricidade

A motricidade abrange três aspectos do ser humano: o físico, o intelectual e o afetivo. Estes estimulam o desenvolvimento das funções psicomotoras que, quando organizadas, geram a apropriação de habilidades (COMO, 2020). As funções psicomotoras mostram a capacidade das crianças em relação a uma atividade ou habilidade.

Velasco (1996), ao abordar as funções psicomotoras e os elementos da motricidade, classifica três condutas: motores de base, que compreende o equilíbrio, coordenação ampla, respiração consciente e coordenação motora fina; neuro-motoras, que compreende esquema corporal, controle psicomotor e lateralidade; perceptivo-motora, que compreende orientação corporal, orientação espacial e orientação temporal (VELASCO, 1996, p. 27).

No equilíbrio, “a criança muda sua posição corporal da horizontal para a vertical” (VELASCO, 1996, p. 28); já a coordenação ampla ou global “é a ação simultânea de diferentes grupos musculares na execução de movimentos voluntários, amplos e relativamente complexos” (SILVA, 2010). A respiração consciente diz respeito à respiração que “oxigeniza seu organismo adequadamente” (VELASCO, 1996, p. 29). Já a coordenação fina, “é a capacidade de realizar movimentos coordenados e utilizando grupos musculares das extremidades” (SILVA, 2010).

No segundo grupo, o esquema corporal “é a consciência do próprio corpo, das suas partes e movimentos”, uma atividade que mostra a expressão corporal do indivíduo (COMO, 2020). O controle psicomotor é a “maturação orgânica e neurológica [...] além da integração motora da criança em relação ao meio ambiente” (VELASCO, 1996, p. 34). A lateralidade, segundo Silva (2010) é a “capacidade de vivenciar os movimentos utilizando-se para isso os dois lados do corpo”.

O terceiro grupo compreende a orientação corporal, em que a “criança primeiro sente, depois usa e só depois controla seu equipamento (o corpo)” (VELASCO, 1996, p. 36). A orientação espacial “se refere à orientação com relação ao mundo exterior e à consciência da relação do próprio corpo com o ambiente” (COMO, 2020). A orientação temporal “é a capacidade de se organizar no tempo e de conseguir avaliar suas ações e atividades em um ritmo (COMO, 2020).

3.4. Motricidade (ampla e fina) na Educação Infantil

A motricidade na educação Infantil está relacionada ao movimento, intelecto e afeto, ou seja, o psiquismo é interdependente da motricidade. Os dois andam atrelados. Portanto, culminam nas inúmeras habilidades que a criança desenvolve durante seu crescimento, práticas do seu dia a dia. Por isso, são tão importantes o estímulo e o envolvimento (dos e) por meio dos pais e responsáveis, tanto em casa quanto na escola.

Estudar o progresso motor implica observar as transformações da vida do indivíduo e o meio em que ele vive, pois esta “é uma ciência que pensa e analisa o ser humano através de

suas relações e de que forma elas são favoráveis para um bom desenvolvimento humano nos seus aspectos afetivo, cognitivo e motor” (IDEM).

A coordenação motora é estabelecida como concentração de uma junção de habilidades de estruturas corporais. Dentro destas condições, para o progresso da coordenação motora, situa-se a experiência adquirida, a construção sensorial, capacidade intelectual e a antecipação. Essas habilidades se constroem muito antes do que outras.

Para chegar a uma coordenação motora fina, é necessária a construção da escrita, a criança precisa desenvolver a motricidade ampla, organizar seu corpo, ter experiências motoras que estruturam sua imagem e seu esquema corporal. Antes de aprender a matemática, o português, os ensinamentos formais, o corpo tem que estar organizado, com todos os elementos psicomotores estruturados. Uma criança que não consegue organizar seu corpo no tempo e no espaço, não conseguirá sentar-se numa cadeira, concentrar-se, segurar num lápis com firmeza e reproduzir num papel o que elaborou em pensamento (SILVA, 2010)

Ou seja, o primeiro espaço do saber é no âmbito familiar. Os aprendizados formais dependem do aprendizado simples e informal, extraído das brincadeiras e jogos durante a infância.

Nesta perspectiva, assegurar tempos e espaços propícios na educação infantil e ensino fundamental são necessários para que ocorra o brincar, realçando o comprometimento e a compreensão da peculiaridade da criança de ver e relacionar-se com o mundo.

4. BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

4.1. Brincadeiras na perspectiva de Velasco

Segundo Velasco (1996), desde quando está no útero, a criança começa a brincar. No decorrer de sua vida, passa por diferentes níveis de brincadeira: imitação, simbologia e regras. No primeiro ano de vida, a criança brinca com seu corpo, descobrindo-o; no segundo, usa o imaginário e a fantasia; aos quatro, usa a simbologia; e, por fim, de sete a doze anos, começa a elaborar jogos de construção, aumenta a socialização e o rigor com as regras.

Nas primeiras civilizações, adultos e crianças participavam em conjunto das mesmas atividades, cada um com sua particularidade. Isso mudou com a era da industrialização, que trouxe consigo o conceito de individual, afastando os sujeitos mencionados anteriormente. Sabe-se, no entanto, que o ser humano não consegue viver sozinho, então, surge daí um

problema: como as crianças podem ser individuais com suas famílias e viverem em grupo para desenvolverem-se?

Para resolver este impasse, criou-se a institucionalização. Isso tornou a brincadeira em um instrumento de aprendizagem, o que gerou outra dificuldade: a falta de espontaneidade na brincadeira (VELASCO, 1996).

Além disso, existem outros problemas decorrentes do avanço da sociedade: a falta de espaço físico, falta de segurança, redução do estímulo, por conta da tecnologia, a era do consumo que muda a relação da criança com o brinquedo. (VELASCO, 1996).

Velasco (1996) ainda ressalta que, atualmente, muitos são os direitos das crianças, entretanto, o que elas precisam é de políticas públicas eficazes para tornarem esses direitos uma realidade concreta.

Como direito de respirar, é tão natural tão espontâneo, tão intrínseco à vida, que não precisa ser objeto de declarações, convenções ou leis. As pessoas simplesmente respiram e não há por que por isto numa lei. Analogamente, o brincar é tão espontâneo, tão natural, tão próprio da criança que não haveria como entender sua vida sem brinquedo (VELASCO, 1996, p. 44).

Para brincar, a criança necessita de tempo, espaços variados, acompanhantes, brinquedos seguros. Tudo isso deve ser levado em conta para o brincar saudável, pois

O que há de mais importante na expressão mais autêntica do brincar é o crescimento humano saudável. A criança que brinca, portanto, vive a sua infância, tornar-se á um adulto muito mais equilibrado física e emocionalmente, suportará muito melhor as pressões das responsabilidades adultas e terá maior criatividade para solucionar os problemas que lhe surgirem (VELASCO, 1996, P 43).

Diante do exposto, observa-se que, “a criança constrói sua personalidade brincando” (VELASCO, 1996, p. 69).

4.2. O Importante trabalho de brincar

A realização de brincadeiras e a utilização do lúdico é imprescindível para assimilação de novos conhecimentos que propiciam galgar novos espaços do saber. Mesmo brincadeiras simples que parecem não trazer bem nenhum são relevantes, “o brincar sempre terá um fundo de aprendizagem” (VELASCO, 1996, p. 42).

As brincadeiras agregam-se ao processo de experiência e à preparação para a idade adulta, as quais, além disso, suprem carências infantis específicas, a saber, brincar (BRASIL,

2018, p. 37). O ato da brincadeira é um momento histórico em que a criança se relaciona com outras crianças e adultos, desenvolvendo o lado interpessoal e intrapessoal.

Brincando, a criança desenvolve suas capacidades físicas, verbais e intelectuais. Quando a criança não brinca, ela deixa de estimular, e até mesmo desenvolver suas capacidades e natas e pode vir a ser um adulto inseguro, medroso e agressivo. Já quando brinca à vontade, tem maiores possibilidades de se tornar um adulto equilibrado, consciente, afetuoso (VELASCO, 1996, P 78).

Toda brincadeira, jogo e brinquedo tem seu espaço e sua importância. Todos eles geram como consequência o crescimento infantil físico, intelectual e afetivo.

O jogo e a brincadeira na infância estruturam-se no movimento. Este tem como funções: a exploração e a relação do corpo e dos objetos, os sentimentos e as emoções. A criança, dessa maneira, estabelece conceitos, interage com os objetos e as pessoas favorecendo a comunicação e a inteligência, daí o pensamento e a aprendizagem virem como resultado importante desse brincar (VELASCO, 1996, p. 78).

A educação infantil busca, portanto, propiciar tempos e espaços educativos que permitam a brincadeira saudável e incentivam a autonomia. Toda brincadeira proposta, então, possui caráter de aprendizado, que permite observar vantagens e desvantagens da criança em relação ao desenvolvimento dela. Por isso, é tão significativo o processo de envolvimento com as atividades lúdicas, as quais auxiliam a desenvolver o conhecimento e a construção de inúmeras habilidades.

5 TIPOS DE BRINCADEIRAS QUE PROMOVEM O DESENVOLVIMENTO DA PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Esta pesquisa foi realizada na Escola Luzes do Saber, situada na Rua Hipólito da Costa Qd. 59, Lt. 04, nº 73, Bairro Capuava, Goiânia - GO, em turmas da educação infantil. Os pesquisadores aplicaram as brincadeiras, observaram e escreveram os resultados a fim de trazer para a prática os benefícios das brincadeiras realizadas na educação infantil.

São dispostos aqui 4 tipos de brincadeiras que podem trabalhar alguns aspectos da coordenação motora com as crianças. Duas delas trabalham o corpo especificamente, enquanto a outra metade trabalha o cognitivo, raciocínio lógico, coordenação motora fina e atenção. Para meios didáticos, elas são designadas com os números de 1 a 4, sendo, respectivamente: travessia, circuito, espelho e posicionar peças.

A brincadeira número 1 (imagem 1) é a travessia pelas pegadas. Basicamente, as pegadas de papel são colocadas no chão e os alunos devem segui-las.

Imagem 1 – Travessia das pegadas



Fonte: Autores (2022).

A brincadeira número 2 (imagem 2) é o circuito educativo, caracterizado por atividades lúdicas que auxiliam a desenvolver o domínio sobre o próprio corpo por meio da execução de diversos movimentos. É uma sequência de obstáculos que exige o controle do próprio corpo, permitindo à criança desenvolver o ato de subir, descer, passar por baixo ou por cima, rolar, se arrastar, andar de lado, dentre outras práticas. Essa trajetória amplia sua percepção, compreensão e atenção da imagem do seu próprio corpo, e também favorece novos desafios e autoconfiança.

Imagem 2 – Circuito



Fonte: Autores (2022).

Nas duas atividades relacionadas acima, é possível observar que essas brincadeiras proporcionam o desenvolvimento da atenção, pois as crianças devem ficar atentas ao que vem pela frente, se é um bambolê para pular ou cones para contornar, ou pegadas em lados contrários para pular; noção de lateralidade, as pegadas mudam de lado e direção.

O circuito trabalha conceitos de subir, descer, agachar ou pular; equilíbrio nas crianças, muito necessário para manterem-se ativas nas brincadeiras, além dos movimentos do corpo e a coordenação motora grossa, solicitando o uso da musculatura para correr, pular, subir, descer. Aperfeiçoa-se, também, principalmente, o esquema corporal, respiração, pois é preciso ter controle para correr; controle psicomotor, orientação corporal e orientação espacial. Tudo isso observa-se, desenvolvendo, em alguma medida, nessas brincadeiras.

Conforme pede a BNCC (BRASIL, 2018, p. 41),

Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo.

As outras duas atividades envolvem aspectos cognitivos. A número 3 trata de espelhar o desenho disposto ao outro lado da linha utilizando palitos de picolé em diversos formatos.

Imagem 3 – Atividades coordenação motora fina



Fonte: Autores (2022).

Já na atividade número 4, as crianças devem posicionar pecinhas sobre a linha demarcada no chão, conforme registrado na imagem a seguir:

Imagem 4 – Atividades coordenação motora fina



Fonte: Autores (2022).

Essas duas últimas brincadeiras envolvem a atenção e o raciocínio lógico das crianças para a composição correta das peças. Além da simetria, na brincadeira de número 3, orientação espacial, o início do aprendizado das formas tridimensionais, a lateralidade, ao saber que se usa um determinado lado do corpo para encaixar as peças em um lado determinado, oposto ao que já está preenchido, trabalha também a motricidade fina ao despender músculos das mãos para alinhar as peças na brincadeira de número 4.

Assim, a BNCC (BRASIL, 2018, p. 37) dispõe:

Os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização.

Nota-se, então, que a BNCC atesta que esse tipo de atividade pode contribuir para o desenvolvimento dos alunos uma vez que se encaixam nos eixos estruturantes, proporcionam a interação entre as crianças, a aprendizagem e a diversão.

6. METODOLOGIA

A presente pesquisa de cunho qualitativo é apresentada com a expectativa de buscar sentidos e recuperar contextos sociais e culturais. Nestes, os estudos, discussões e as muitas

expressões e manifestações humanas apresentam significados e podem compor as pesquisas que são realizadas, com o objetivo de marcar a compreensão de determinados estudos.

Nesse sentido, para Gamboa (2003, p. 7), a pesquisa qualitativa:

se refere à coleta e tratamento de informações sem uso de análise estatística, a instrumentos como entrevistas abertas, relatos, depoimentos, documentos que não fecha a interpretação num único sentido (paráfrase), mas, permite o jogo de sentidos (polissemia). Dessa forma, se torna necessária a elaboração, a posteriori, com base nos sentidos mais fortes e mais permanentes um quadro de conceitos ou categorias abertas que permitam a definição de um horizonte de interpretação. (GAMBOA, 2003, p. 7),

Sendo assim, a pesquisa aqui apresentada será sustentada por referencial teórico, realizada através da metodologia de pesquisa bibliográfica e de campo, para que se realize uma análise de um mesmo assunto através de múltiplos olhares. Nesse sentido, essa metodologia adotada é vista por Severino (2007, p. 188) como:

aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos e teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente já registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados (SEVERINO, 2007, p. 188).

Assim, visando uma melhor compreensão e abrangência sobre as contribuições das brincadeiras para o desenvolvimento da psicomotricidade na educação infantil, serão consultadas algumas fontes bibliográficas que sustentem as concepções apresentadas. Para Oliveira (1997), a pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao pesquisar acerca das contribuições das brincadeiras para o desenvolvimento da psicomotricidade na educação infantil, é necessário compreender que, no século X, a infância não foi compreendida e a criança era vista como um “adulto em miniatura” (BEZERRA, COUTINHO DA SILVA, BEZERRA, 2014, p. 126). Assim, nota-se que “os homens dos séculos X-XI não se detinham diante da imagem da infância, esta não tinha para eles interesse nem mesmo realidade” (ARIÈS, 1981, p. 52).

Assim, com o passar dos anos, os direitos das crianças começaram a ser garantidos através do ECA (1990), assegurando o

direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1990).

Como forma de garantir a educação de qualidade, surgiu a BNCC (2018) com a proposta do que a criança deve aprender dentro de cada fase escolar, buscando formar um

ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social” (BRASIL, 2018, p. 38).

Além disso, a BNCC trata acerca da brincadeira na educação infantil ao valorizar o movimento, que é desenvolvido pela brincadeira, sendo ela um dos “eixos estruturantes das práticas pedagógicas”, juntamente com a interação (BRASIL, 2018, p. 37).

Deste modo, a brincadeira promove o desenvolvimento da motricidade. Logo, a partir dela, a criança pode desenvolver “suas capacidades físicas, verbais e intelectuais, aumentando as possibilidades de se tornar um adulto equilibrado, consciente, afetuoso” (VELASCO, 1996, p. 78).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar a pesquisa voltada para as contribuições das brincadeiras para o desenvolvimento da psicomotricidade na educação infantil, foi possível abordar o histórico da Educação Infantil a fim de compreender como a brincadeira é vista para crescimento das crianças.

O primeiro tópico abordou a perspectiva da criança no século X. Nele, foi possível perceber que ela era vista como “adulto em miniatura”, não possuía direitos assegurados, nem um ensino de qualidade, nem momentos de descontração, brincadeiras. etc. Deste modo, os direitos das crianças começaram a ser assegurados através da Declaração Internacional dos Direitos da Criança, em 1959, e o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Eles foram essenciais para promover às crianças a garantia de seus direitos de participantes da sociedade. A partir daí, foram surgindo outras leis.

Dentre essas leis, destaca-se a BNCC (2018), que apresenta uma normativa de como deve ser feito o ensino para cada idade, incluindo a Educação Infantil, a qual possui como um dos seus eixos estruturantes a brincadeira, temática desse trabalho.

No segundo tópico, abordou-se a motricidade, relacionando-a com as brincadeiras. Assim, notou-se que o movimento é o que anima todas as coisas e é essencial para as crianças, pois, é através dele, que elas começam a aprender. O movimento decorre da brincadeira e da interação entre os pares, que são essenciais na infância. Assim, a psicomotricidade promove às crianças o desenvolvimento do equilíbrio, coordenação ampla, respiração consciente, coordenação motora fina, controle psicomotor, lateralidade, orientação corporal, espacial e temporal. Deste modo, notou-se a importância das brincadeiras e como as elas podem desenvolver nas crianças novas habilidades e promover a aprendizagem de forma lúdica.

Foi apresentada, no terceiro tópico, a importância da brincadeira, uma vez que é nela que a criança desenvolve suas capacidades (físicas, verbais e intelectuais). Também foram apresentados quatro tipos de brincadeiras aplicadas na pesquisa em âmbito escolar, as quais foram realizadas com o intuito de observar essa importância e como acontece o desenvolvimento na etapa do brincar.

Conclui-se, então, que se faz necessário cuidar das crianças e expô-las à saúde física e mental advindas do brincar, uma vez que essa prática vem sendo corrompida por conta do trabalho infantil ou o uso excessivo do celular entre outras coisas.

Brincar é tão importante que é resguardado à criança e previsto por lei. A brincadeira é a ferramenta que estimula o desenvolvimento e aprendizagem da criança. Brincando, a criança aprende, por exemplo, a andar, correr, apostar corrida, fazer amigos, lidar com questões psicoemocionais. A brincadeira é o método aplicado para estudo da motricidade nas crianças, elas contribuem no crescimento pleno da criança, ela aprende coisas importantíssimas por meio da brincadeira e esta forma a base dos adultos da sociedade.

9. REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **A Construção Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: editora Guanabara, 1981. p. 36-39.

BEZERRA, Samuel Lins; COUTINHO DA SILVA, Maria de Fátima; BEZERRA, Zoraide; FERES, Terezinha. **A Compreensão da Infância como Construção Socio-histórica**. *Ces Psicologia*, vol. 7, n 2, jul-dez. 2014. P 126-137.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394/ 1996.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União. Brasil, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. P 02-55.

COMO é a Avaliação de Funções Psicomotoras em Crianças? 2020, Disponível em: <<https://institutoneurosaber.com.br/como-e-a-avaliacao-de-funcoes-psicomotoras-em-criancas/>>. Acesso em: 18/05/2022.

GAMBOA, S. **Pesquisa qualitativa: superando tecnicismos e superando tecnicismos e falsos dualismos falsos dualismos**. Revista Contrapontos - volume 3 - n. 3 - p. 393-405 - Itajaí, set./dez. 2003.

MACHADO, José Ricardo Martins. **Recriando a Psicomotricidade**. Rio de Janeiro: Sprint, 2010. P 22.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 44.

SANTOS, Débora. O Direito de Brincar. Disponível em: < <https://www.ipabrasil.org/post/o-direito-de-brincar#:~:text=O%20direito%20ao%20brincar%20al%C3%A9m,esportes%20e%20divertir%2Dse%E2%80%9D> >. Acesso em: 14/04/2022

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Marlene. **Psicomotricidade**. Disponível em: <<http://psicomotricidadeeducacao.blogspot.com/2010/?m=1>>. Acesso em: 10/04/2022.

VELASCO, Cacilda. **Brincar: o Despertar Psicomotor**. Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu

Emily Quarte Aquino

RA 33929

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO (X)

NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado:

As Contribuições das Brincadeiras para o desenvolvimento da Psicomotricidade na Educação Infantil.

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a):

Luciane Silva de Souza.

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.

Curso: Pedagogia
afim artigo

Modalidade

Emily Quarte Aquino

Assinatura do representante do grupo

Dra. Luciane Silva de Souza
Professora

Luciane Silva de Souza
Assinatura do Orientador (a):